

KUPFER, D. Criacionismo, evolucionismo e abertura comercial. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 19/10/2005.

---

## **Criacionismo, evolucionismo e abertura comercial**

19/10/2005

Um dos temas mais espinhosos no atual debate econômico brasileiro é a controvérsia sobre a escolha do grau certo de abertura da economia. Economistas de orientação liberal propõem mais uma rodada de redução unilateral das tarifas de importação, visando aprofundar o grau de abertura da indústria. Já economistas de outras tradições de pensamento defendem uma postura mais cuidadosa, apoiada na manutenção de uma estrutura de proteção seletiva e na negociação de contrapartidas de acesso a mercados para as concessões feitas. O tema em si não é novo, já que também foi uma das principais marcas do debate sobre os rumos da economia nos anos iniciais da década de 1990. Porém, diferentemente de então, quando, devido à ausência de referências históricas próprias, o debate desenrolou-se sob alto grau de abstração, muito baseado em argumentos doutrinários e ideológicos, agora dispõe-se dos ensinamentos trazidos por uma rica experiência de 15 anos de abertura no Brasil. Os economistas liberais argumentam que a associação positiva entre reformas liberalizantes e aumento da produtividade, daí resultando maior crescimento econômico, deve-se ao acirramento da concorrência, que implica a eliminação de empresas e setores pouco eficientes, contribuindo para um aumento da produtividade dos setores sobreviventes. Além disso, a redução de um viés anti-importador favorece a absorção de progresso técnico incorporado nos bens de capital e insumos mais sofisticados disponíveis no mercado internacional. Um outro efeito que também contribui para a modernização tecnológica da indústria, segundo essa versão, é o maior investimento de empresas multinacionais que é esperado em regimes competitivos mais abertos. Finalmente, a especialização produtiva experimentada por países mais abertos favoreceria o aumento das exportações que, por sua vez, permitiria a absorção de economias de escala típicas da produção manufatureira. Embora em grande número, os estudos empíricos dessa linha não são bem-sucedidos em prover evidências robustas para essas teses, seja devido à qualidade dos dados disponíveis, seja devido à dificuldade em modelar o grande número de variáveis intervenientes. O principal contra-argumento dos economistas não-liberais não é propriamente modelístico, e sim empírico. A evidência internacional atesta que todas as experiências bem-sucedidas de liberalização econômica foram sempre acompanhadas por uma atuação essencial do Estado, que assume papel ativo na sua condução. Em outras palavras, não seria o livre mercado o principal indutor de crescimento econômico, mas a capacidade dos Estados nacionais de implementarem políticas macroeconômicas e industriais que possibilitem aproveitar as oportunidades proporcionadas pela abertura e assegurar o desenvolvimento da indústria local.

Uma das linhas centrais de questionamento do automatismo implícito nas teses liberais é relacionada ao problema da indústria nascente. Basicamente, a premissa é de que indústrias em estágios iniciais de implantação em um determinado país estão fadadas a incorrer em custos maiores que os internacionais porque ainda estão em fase de aprendizagem tecnológica e gerencial e tampouco contam com externalidades totalmente desenvolvidas. A abertura rápida da economia expõe essas indústrias nascentes à competição com as indústrias já consolidadas dos países desenvolvidos. O resultado dessa competição desigual não poderia ser outro que não uma trajetória de desindustrialização (que, de fato, quase todos os países latino-americanos, por exemplo, estão percorrendo). A centenária tese da indústria nascente como justificativa para a preservação de determinados níveis de proteção comercial foi pioneiramente formulada na Alemanha, ainda em meados do século XIX, por Friedrich List. Na obra "Sistema Nacional de Economia Política", de 1841, List estabeleceu as bases das teorias econômicas do "desenvolvimento desigual entre as nações", em oposição à teoria predominante do livre-comércio como promotor do "desenvolvimento homogêneo". Para ele, a passividade do Estado diante do avanço da integração comercial com países mais industrializados (no caso, a Inglaterra), apenas serviria para perpetuar a desfavorável divisão internacional do trabalho inicial. Por essa razão, uma política industrial ativa de proteção da indústria nascente constituiria requisito fundamental para promover o "emparelhamento" econômico entre as nações. A sistemática recusa dos pensadores liberais em atribuir relevância prática ao problema da indústria nascente parece algo equivalente à aplicação ao campo da economia industrial das teses criacionistas sobre o surgimento da vida que, nesses tempos de fundamentalismo religioso, vêm ganhando força no debate sobre a origem do homem. Tudo se passa como se as empresas já surgissem prontas, dotadas da musculatura e da inteligência necessárias para competirem, e sobreviverem, na selva do capitalismo mundial. Diferentemente das pessoas, no entanto, a indústria nascente não necessariamente é nova em termos de sua idade cronológica. Ao longo de sua evolução, muitas indústrias sofrem ondas de rejuvenescimento, motivadas pela introdução de inovações radicais de produtos e processos ou mudanças drásticas nas formas de organização da produção. Mesmo indústrias consolidadas na base técnica metal-mecânico do pós-guerra podem assumir características de indústrias nascentes na transição para o paradigma microeletrônico que caracteriza a nova economia. Por isso, regimes comerciais seletivos, adotados para viabilizar essas indústrias no passado, podem ser novamente necessários para permitir a absorção das novas tecnologias. Quinze anos de aprendizado com processos de abertura, não somente no Brasil, mas em uma grande diversidade de países, deixaram patente que a tese da indústria nascente não é meramente um falso argumento, manejado por interesses protecionistas escusos, mas um problema concreto, e muito relevante, a ser enfrentado pelas economias de industrialização retardatária. Resguardadas as devidas distinções, as disputas entre criacionistas e evolucionistas no debate religioso podem ser tratadas no plano doutrinário pois, literalmente, envolvem uma questão de fé. No debate econômico, porém, é desejável que prevaleça a informação e a razão.